

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**Camila Christine Santos Da Silva**

**As abordagens ideopolíticas acerca dos desafios e das perspectivas das  
universidades em tempos de pandemia**

Juiz de Fora

2022

**Camila Christine Santos Da Silva**

**As abordagens ideopolíticas acerca dos desafios e das perspectivas das  
universidades em tempos de pandemia**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como atividade  
prerrogativa para a conclusão da  
Graduação em Pedagogia pela  
Universidade Federal de Juiz de  
Fora.

Orientador: Rubens Rodrigues.

Juiz de Fora

2022

Dedico este trabalho a Deus, por ter me proporcionado força e sabedoria para continuar minha caminhada, e aos meus pais, Rosilene e Ronaldo, pelo carinho, incentivo e amor.  
Amo vocês!

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado a honra da vida, e pela fé que tenho nele, pois sei que sem ela não teria forças para continuar lutando, e a realização deste trabalho também não seria possível sem a ajuda de algumas pessoas que me ajudaram nessa caminhada.

Por isso, ofereço meus sinceros agradecimentos: à minha família, por me conceder todo o apoio necessário, pela compreensão e incentivo. Aos meus amigos, que estiveram sempre por perto. Ao professor orientador, que me auxiliou na elaboração deste trabalho. E a todos aqueles que sempre acreditaram em mim e contribuíram para a realização desta pesquisa.

Finalizo, reafirmando a minha felicidade na conquista do diploma, e enfatizando as relações de afeto e amizade construídas a partir dessa conquista.

Obrigada!

## RESUMO

O ensino remoto emergencial decorre da compreensão de autoridades e organizações sobre a necessidade de continuidade das aulas de escolas e universidades públicas e privadas no Brasil e no mundo, paralisadas pelas medidas de distanciamento durante a pandemia causada pelo novo coronavírus/COVID-19. Nesse viés, este trabalho apresenta um relato de experiências da autora, vivenciando disciplinas ministradas por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Observações e impressões são registradas, seguidas de análise qualitativa. Por isso, observou-se muitos problemas de adaptação, processamento, acessibilidade e adequação da realidade presencial a esse modelo de transferência de informações para fins pedagógicos. Porém, apesar desses desafios, diante das dificuldades encontradas e da efetividade e execução do processo de ensino, o ensino remoto facilitou a comunicação de diversas pessoas distantes fisicamente, o desenvolvimento pessoal e profissional dos envolvidos.

Palavras-chave: Ensino remoto emergencial. Universidades públicas. Tecnologias da informação. Tecnologias da comunicação. COVID-19.

## **ABSTRACT**

Remote emergency teaching stems from the need for continuity of classes at public and private schools and universities in Brazil and around the world, paralyzed by distancing measures during the pandemic caused by the new coronavirus/COVID-19. In this bias, this work presents an account of the author's experiences, experiencing disciplines taught through information and communication technologies (ICT). Observations and impressions are recorded, followed by qualitative analysis. Therefore, many problems of adaptation, processing, accessibility and adequacy of the face-to-face reality to this model of information transfer for pedagogical purposes were observed. However, despite these challenges, given the difficulties encountered and the effectiveness and execution of the teaching process, remote teaching facilitated the communication of several physically distant people, the personal and professional development of those involved.

**Keywords:** Remote emergency teaching. Public universities. Information technologies. Communication technologies. COVID-19.

## **SUMÁRIO**

- 1 INTRODUÇÃO**
  - 2 A UNIVERSIDADE E O ENSINO REMOTO**
  - 3 A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)**
  - 4 ANÁLISE DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL PARA O TRABALHO  
DOCENTE – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA FORMANDA DO  
CURSO DE PEDAGOGIA DA UFJF**
  - 5 CONCLUSÃO**
- REFERÊNCIAS**

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia, apresentado à Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, tem como objetivo refletir acerca das mudanças ocorridas no ensino de sala de aula, tradicionalmente presencial, para o ensino virtual de forma remota, com o uso de novos recursos e novas tecnologias, devido a pandemia mundial de Coronavírus (COVID-19). O presente trabalho objetiva também suscitar algumas reflexões acerca do ensino presencial e remoto, tendo como foco maior a UFJF e como se deu este processo na Faculdade de Pedagogia.

Tais mudanças reforçaram ainda mais a questão de que a educação não significa uma mera transmissão de informações ou quantidade de conteúdo aprendido pelo estudante, pois foram frequentes os relatos sobre a falta das vivências sociais da escola. Neste sentido, temos ainda mais motivos para entender e consolidar a ideia de que educar significa trabalhar com questões que transcendem, como o pensamento, a reflexão, o raciocínio, a criatividade, a solidariedade. Educar é, portanto, preparar estudantes para se relacionarem com incertezas, para que tenham condições de lidar com problemas não esperados e que tenham criatividade para resolução e enfrentamento de adversidades.

Com base no exposto, este trabalho busca elucidar os desafios enfrentados pela educação escolar em tempos de pandemia, surgindo assim o seguinte questionamento: quais foram os desafios enfrentados pelas universidades na implementação do ensino remoto emergencial na pandemia?

Para isso, buscamos analisar as bibliografias publicadas entre 2020 e 2021, sobre o ensino remoto emergencial no período da pandemia do COVID-19. Assim sendo, essa pesquisa tem como objetivo possibilitar uma reflexão e salientar os desafios enfrentados pela educação escolar no que tange ao ensino-aprendizagem em tempos de isolamento social, além de evidenciar a importância do professor como mediador nesse processo de desenvolvimento do conhecimento.

Dessa forma, essa pesquisa está alicerçada em revisão bibliográfica, através de uma abordagem exploratória de caráter descritivo, sendo importante para que se compreendam os desafios enfrentados pela educação durante a

pandemia e um relato de experiência de uma formanda do curso de formação de professores.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira parte, abordaremos as implicações da pandemia que, com o afastamento social, nos trouxe consequências econômicas, políticas, sociais e, logo, também, ao campo educacional e de como se deu o processo de distanciamento social no ensino superior, estabelecendo ajustes que precisaram ser feitos nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos de cursos e no gerenciamento departamental, a fim de lidar com a emergência.

Na segunda parte, resalto a implantação do ensino remoto nas universidades públicas, bem como as dificuldades e limitações impostas pela situação emergencial decorrente da pandemia. Discutiremos de que maneira os sujeitos envolvidos lidaram com essas dificuldades e limitações de maneira a superá-las com vistas à promoção de condições viáveis e seguras de trabalho e pedagógicas aos professores e aos estudantes.

Por fim, apresento um relato de experiência que destaca a adaptabilidade dos estudantes no manuseio das ferramentas digitais e demais questões.

## 2 A UNIVERSIDADE E O ENSINO REMOTO

A pandemia da COVID/19 exigiu distanciamento social e acelerou um processo de informatização/digitalização de vários setores, tais como empresas, setor público, entretenimento e consumo. No tocante à educação, mostrou que este setor estava e ainda está trabalhando no limite, e que não tem recursos para custear as medidas emergenciais.

Após a sequência de mortes por COVID-19, a suspensão por tempo indeterminado do ensino presencial em todas as escolas do país, o caos causado pela busca de alternativas para garantir a presença física de estudantes e professores no mesmo espaço escolar e a dificuldade de adaptação à nova realidade atestaram a importância da educação presencial e a instabilidade e falta de programas para ampliar o investimento em educação.

O impacto do coronavírus na educação obrigou o Ministério da Educação (MEC) a suspender os cursos presenciais (Brasil/Regulamento 343, 2020) e propor como alternativa o ensino à distância.

Essas medidas não levaram em consideração a formação de professores e o investimento em tecnologia digital da informação e comunicação (TDIC), para a migração do ensino presencial para o remoto, gerando prejuízos no processo de ensino e aprendizagem e na organização do trabalho pedagógico.

Após um estudo documental de instrumentos legais como resoluções, leis, decretos e portarias federais e municipais, percebeu-se um contexto de ações futuras imprevisíveis no cenário educacional brasileiro, à medida que a pandemia do coronavírus se instalava na sociedade, fulminando a atividade social e política; causando interrupção ou cessação da produção industrial, comercial, emprego e renda; causando isolamento e distanciamento social para complementar as medidas tomadas para conter a propagação do vírus em uma cadeia global, incluindo o fechamento de fronteiras, empresas, escolas e outros serviços considerados sem importância para a sobrevivência imediata da população, com impacto decisivo nas ações indicadas.

Em termos de educação, o foco se prende ao processo de organização do trabalho docente, uma vez que oferece diretamente o ensino e aprendizado.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou uma emergência de saúde pública de importância internacional e, no início de março de 2020, uma situação para uma pandemia devido ao desenvolvimento de COVID-19 em todos os países e, portanto, orientado para o distanciamento social (VIEIRA E SILVA, 2020, p. 1014).

Para Vieira e Silva (2020), o impacto do COVID-19 na educação foi de nuances variadas, tais como a suspensão das aulas presenciais e consequente fechamento temporário de escolas e universidades, pois as universidades, o espaço da sala de aula são ambientes essenciais para a formação integral do cidadão, porque além de ser o ambiente de formação profissional, também é onde se desenvolvem atividades de pesquisas com cunho científico e social de forma a estimular o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes.

O Brasil, por apresentar um quadro histórico de precariedade na educação, não apresentou uma situação diferente, pois a presença dos professores em todas as ações da prática educativa é a base de suas conquistas.

Reforçamos a necessidade de maior atenção a educação em todos seus níveis, para que possamos garantir a formação de indivíduos com maior autonomia e com bagagens de conhecimentos para mudar o futuro do nosso país.

A pandemia da COVID-19 levou a processos de mudanças e novas formas de organização do trabalho na educação superior pública. Trouxe incertezas sobre as atividades de ensino, em termos da apropriação do conhecimento por parte do (a) estudante.

Como destaca Soares (2020), as dificuldades impostas pela pandemia aos processos de escolarização da classe trabalhadora desafiaram gestores, professores, funcionários e estudantes a reformular a prática pedagógica para sustentar as atividades ensino. Muitos setores lutaram e continuam lutando para responder as demandas educacionais durante a pandemia, apesar da falta de apoio estatal para alcançar seus objetivos.

A chegada da pandemia da Covi-19 exigiu a suspensão de diversas atividades econômicas e sociais, incluindo as aulas presenciais em março de 2020 com o intuito de diminuir o contágio e circulação do vírus na sociedade brasileira e no mundo. Tendo em vista essa situação, novas medidas no âmbito

educacional tiveram de ser adotadas para garantir o acesso ao direito e viabilizar a formação dos(as) estudantes (RODRIGUES, 2021).

Com o fechamento das instituições educacionais, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi adotado como uma medida estratégica para garantir a continuidade do direito à educação e ao mesmo tempo, contribuir para a diminuição dos possíveis impactos da expansão do coronavírus COVID-19. Entretanto, foi somente em 23 de junho 2020, frente ao problema e a falta de iniciativa do Ministério da Educação (MEC), que os deputados apresentaram o projeto de lei (PL) nº 3.477/2020 na Câmara, que disponibilizaria a garantia do acesso à internet, com fins educacionais, aos estudantes e professores da educação básica e superior pública.

Em continuidade aos atos formais para efetivar o ensino a distância, somente em 17 de agosto daquele ano, o plenário da Câmara dos Deputados declarou a aprovação de natureza urgente do projeto, e, em 24 de fevereiro de 2021, o Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) e o enviou para a sanção do presidente da República. Ainda assim, em 19 de março/21 houve o veto presidencial o PL da Câmara dos deputados que visava o repasse de R\$3,5 bilhões da União para que estados, Distrito Federal e municípios assegurassem o acesso aos serviços de internet e compra de equipamentos para educandos e educadores da rede pública de ensino.

Com a votação realizada em 1º de junho de 2021, o veto foi derrubado por unanimidade, e, somente em 11 de junho, o presidente teve que aprovar a lei, devido à decisão do poder Legislativo. Assim, o governo assumiria a responsabilidade pelo cumprimento e distribuição dos recursos, com o papel de administrar as funções do Estado relacionado à educação nos planos estadual e municipal.

Em 5 de julho de 2021, o presidente entrou com a Ação direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para que houvesse o impedimento de execução da lei. Embora o governo tenha vetado inicialmente, hoje temos uma lei aprovada, mas o encontro com a precarização da implantação do Ensino Remoto Emergencial gerou grande dificuldade ao setor educacional e aos estudantes de alcançar o acesso, de forma igualitária às tecnologias.

Como destacam autores como Löwy (2020), os enormes empecilhos proporcionados pelas políticas de contenção de recursos conduzidas pelo

governo Bolsonaro demonstraram a negação do uso e apropriação das tecnologias como ferramenta facilitadora do processo pedagógico. Acirrava-se, nesse contexto, as desigualdades sociais e educacionais entre aqueles que podiam dar continuidade ao processo pedagógico e os que não tinham sequer aparelhos eletrônicos conectados à internet em casa. Infelizmente, a realidade brasileira está longe de ser igualitária.

Em que pese as ações do governo de Jair Messias Bolsonaro, pode-se considerar que houve movimentos sociais, políticos e institucionais que buscaram atuar na direção da garantia do direito à educação para todos os cidadãos, de forma gratuita e em todos os níveis de ensino. Os direitos sociais têm a finalidade de garantir uma participação coletiva no processo de conquista de materialidade na sua formulação legal, entre as relações do Estado e sociedade civil. Em outras palavras, esses direitos são necessários para o alcance da cidadania plena (COUTINHO, 2000).

Esses direitos estão dispostos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Os estudantes das classes trabalhadoras, oriundos de escolas públicas, residentes do campo e pretos (as), foram mais prejudicados nesse período. Isso porque a adequação do sistema de educação não foi implantada de forma igualitária, houve prejuízo escolar para os (as) trabalhadores (as) brasileiros (as). A explicação de Ítalo Dutra, chefe de Educação do UNICEF no Brasil, nos leva ao aprofundamento dessa reflexão:

Há, no Brasil, uma naturalização do fracasso escolar, fazendo com que a sociedade aceite que um perfil específico de estudante passe pela escola sem aprender, sendo reprovado diversas vezes até desistir. Essa situação já existia em 2019 e se agravou com a pandemia. Essa cultura do fracasso escolar acaba por excluir sempre os mesmos estudantes, que já sofrem outras violações de direitos dentro e fora da escola (DUTRA; UNICEF, 2021).

O acirramento da hegemonia neoliberal no período pandêmico tornou necessário discutir a configuração do sistema educacional e a efetividade das políticas públicas como garantia do direito à educação de

qualidade no contexto educacional. Valle e Marcom (2020, p. 141) enfatizam que o isolamento social, o trabalho remoto, o uso das tecnologias como ferramentas para mediar o processo de ensino-aprendizagem, as desigualdades no acesso e no uso as tecnologias escancararam as dificuldades que a educação possui de encontrar mecanismos para proporcionar aos estudantes as possibilidades de interação e incluí-los no processo de ensino-aprendizagem. O desafio de desenvolver formas adequadas e eficientes de aprender, se escancarou diante das dificuldades que se assistiram tanto a escola quanto nas instituições de ensino superior.

Como um direito de todos, a educação constitui-se como parte fundamental do processo de construção do sujeito, com escolas e universidades cumprindo lugar central como instituições formadoras da sociedade. Nesse sentido, para que as escolas e universidades funcionem de acordo com suas finalidades educativas e alcancem seus objetivos, é importante intensificar o debate acerca da democratização dos sistemas de ensino.

Pensando nisso, cabe salientar que a direção de escolas e reitorias tiveram fundamental participação na articulação do trabalho educativo. Coube às direções de escolas e reitorias proporcionar aos educandos, educadores e a toda comunidade a garantia das condições adequadas de ensino, democratizando o contexto educacional e proporcionando principalmente o acesso do aluno a qualidade do processo pedagógico.

Referenciando-se na democracia e na participação, a equipe diretiva alinha os objetivos acordados entre instituições de ensino e professores, estudantes, pais/responsáveis e sociedade. Como ressalta Tavares (2009),

A gestão escolar [e universitária] deve ser vista como uma pedra fundamental para que a escola [e a universidade] ofereça à comunidade uma escola [e uma universidade] que atenda as exigências do dia a dia. É sua função melhorar a compreensão da realidade social de maneira inclusiva, democrática e participativa, resgatando a ética e o civismo – por muitos ignorados – e promover a apreensão de competências e habilidades na comunidade de maneira que os cidadãos possam atuar como agentes de transformação social (TAVARES, 2009, p. 13).

Esse alinhamento por parte da equipe diretiva não é fácil, e tornou-se ainda mais problemático com a pandemia. Além de impossibilitar a

presencialidade no processo pedagógico, obrigou os profissionais da educação à adaptação diante de uma nova realidade. Segundo Valle e Marcom (2020),

É evidente que o professor precisa criar alternativas para conseguir dar conta das demandas que se apresentam, especialmente no uso das tecnologias para mediar o processo de ensino-aprendizagem, buscando desenvolver e experimentar diferentes propostas para tornar esse processo mais próximo das condições que possibilitem ao aluno apropriar-se do conhecimento sem a interação a que estava acostumado com o ensino presencial, criando outras formas de intervenções igualmente qualificadas (VALLE; MARCOM, 2020, p. 146).

As ferramentas tecnológicas se constituíram em importantes aliadas no processo pedagógico durante a pandemia. Entretanto, a introdução das tecnologias de informação e comunicação foi conduzida com um sentido paliativo, improvisado e reducionista.

Apesar de Kenski (2007) considerar que as novas tecnologias de comunicação e informação trouxeram mudanças consideráveis e positivas para a educação, é preciso problematizar sua implementação política, bem como seus desdobramentos para a educação básica e superior, especialmente em termos de gestão democrática.

Mais de um ano após a pandemia da COVID-19, os estudantes continuaram tendo aulas remotamente sem internet ou através do telefone celular, mostrando o enorme desafio para os profissionais da educação. Os professores enfrentaram adversidades por não estarem familiarizados com métodos digitais, como criar salas virtuais na plataforma Meet ou mesmo produzir videoaulas, além disso, muitos não tinham acesso aos recursos tecnológicos, principalmente quando consideramos a realidade dos profissionais da educação básica.

É importante observar que o maior contato pelo *WhatsApp* e plataformas digitais expressavam a condição possível de desenvolvimento trabalho educativo, limitando o acesso livre às atividades propostas. Como ressalta Paro (1966), “precárias condições de acesso a recursos materiais, financeiros e técnico-científicos reforçam a precarização do ensino”.

Foi difícil para os estudantes usarem suas câmeras, quando a possuíam. A perda de conexão definia o pertencimento à escola ou à universidade, compondo os muitos desafios da prática docente. Sem contar

que muitos professores não tinham um ambiente de ensino adequado, a sala de estar de casa se tornou sua sala de aula e o local de descanso passou a ser um espaço de trabalho. Ferramentas que antes eram mais restritas ao uso privado tornaram-se profissionais, como WhatsApp e Instagram, aplicativos utilizados para permitir maior interação entre professores e estudantes. Nesse caso, confundem-se as dimensões pública e privada, assim como o tempo que aumenta a jornada de trabalho sem valorizá-la.

Oliveira (2020) observa que

Os professores, por exemplo, em razão da suspensão das aulas por conta do distanciamento social, precisam lidar com a pressão de adaptar-se a ferramentas virtuais, preparar atividades que mantenham os alunos estimulados e, ao mesmo tempo, estar disponíveis para esclarecer dúvidas. Também se preocupam com o bem-estar e alimentação dos alunos, além de questões como conectividade para que ninguém fique para trás durante a suspensão das aulas (OLIVEIRA, 2020).

Destacam-se os muitos outros desafios do ensino nesta pandemia, incluindo: ansiedade, cansaço, preocupação, inseguranças no trabalho. O processo mudou rapidamente e o nível de cobrança aos professores por parte de alunos, famílias, instituições e sociedade foi alto, com contratemplos e dificuldades.

Segundo Zaidan e Galvão (2020),

Professoras e professores experimentaram uma mudança brusca em suas rotinas, que se caracterizou pela penetração insidiosa do trabalho em todos os espaços e momentos de seu cotidiano, não importando que seus empregadores (o governo, ou os donos de escola) não lhes tivessem garantido estrutura para o teletrabalho” (ZAIDAN; GALVÃO, 2020, p. 264).

Não há dúvidas de que a docência foi uma das profissões que mais se reinventou durante a pandemia. Os docentes foram convocados a descobrir formas de garantir a aprendizagem de seus alunos, mesmo em um contexto de pandemia, sob o risco de serem avaliados como incapazes. Para isso, buscaram superar dificuldades, inclusive para manter contato com estudantes, principalmente quando se tratava de crianças e jovens provenientes da classe trabalhadora.

Vale ressaltar, entretanto, que se acentuaram os problemas relativos a saúde, sobretudo na docência, com as necessidades

de garantir a qualidade de ensino, com o uso precário do Ensino Remoto Emergencial. Por fim, as palavras de Sander (2005) pontuam:

Se queremos melhores índices de educação e cultura precisamos de melhores escolas; se queremos melhores escolas, precisamos de melhores educadores; se queremos melhores educadores precisamos oferecer melhores condições de trabalho (SANDER, 2005, p. 33).

É preciso que a sociedade valorize os profissionais da educação para que se possa avançar em proposições e ações relativas ao trabalho educativo que garantam a qualidade de ensino.

### **3 A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)**

Com a velocidade do contágio e o crescimento do número de mortes, a COVID 19 se tornou uma doença a ser combatida por todos e seus impactos, já sendo sentidos nas áreas sociais e econômicas com a supressão, redução e/ou suspensão de postos de trabalho e diminuição do poder de compra da população. Esse processo resultou, e tem resultado em instabilidade emocional e adoecimento dos sujeitos, pelo confinamento que priva do contato social. Dentre outras áreas impactadas, na área educacional, a interrupção das aulas da Educação Básica e Superior, deixou milhões de profissionais da educação e estudantes sem acesso às escolas e às instituições de educação superior.

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) teve suas atividades paralisadas em 16 de março de 2020, através da Resolução 10/2020 e 15/2020 do Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora (CONSU). Acompanhando todas as notícias através das redes sociais sobre a suspensão das aulas presenciais, os estudantes passaram a vivenciar um processo de ansiedade, dada a incerteza sobre como ficaria, a partir dali, a vida com a pandemia dentro da Universidade.

Após meses de reuniões, o CONSU aprovou, por maioria, a implementação do ensino remoto emergencial, amparado na autorização advinda da Medida Provisória nº 934/2020, Lei nº 13.979 que discorria:

Assim sendo, as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leitura, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos (BRASIL, 2020, p. 8-9).

Desde a medida de paralisação total das atividades acadêmicas os conselheiros superiores da instituição reuniram-se, diariamente, com o objetivo de discutir, de avaliar e de adotar decisões relativas à minimização das ameaças da pandemia. Uma decisão importante foi a de viabilizar os procedimentos necessários para a implantação do ensino remoto emergencial tais como .... Com a aprovação do ensino remoto emergencial pelos conselheiros, o calendário foi definido pelo Conselho de Graduação, reiniciando-se o primeiro semestre em outubro de 2020.

Vale ressaltar, também, que em meio às discussões para a implementação do ensino remoto emergencial, o CONSU aprovou uma série de normas para o desenvolvimento de ações de apoio social e inclusão digital na UFJF. Essas normas foram sistematizadas na Resolução 32/2020.

O documento estabelecia, por exemplo, auxílios mensais de inclusão digital e emergencial temporários. Além disso, a normativa assegurava a manutenção de todas as bolsas e os auxílios disponibilizados na época a estudantes de graduação, bem como instituiu uma política de empréstimo de computadores a estudantes socioeconomicamente vulneráveis durante a pandemia, para que conseguissem se manter conectados aos estudos.

Em pronunciamento à comunidade acadêmica, o Magnífico Reitor, Marcus Vinicius David, indicava que a expectativa era de que o ensino remoto emergencial começasse no início de setembro do ano de 2020.

Seguem a fala do reitor da UFJF para o jornal Tribuna de Minas:

Agora, o Conselho de Graduação deve se reunir no início da próxima semana para aprovar o calendário. Da parte da Administração Central, é importante registrar todos os esforços para a capacitação docente, para garantir duas alternativas de plataforma, legalmente contratadas, todas as tecnologias de assistência estudantil implantadas etc., o CONSU já vota as políticas de infraestrutura e biossegurança na próxima semana. Todo esse trabalho que está sendo realizado nos dá total condição, caso o Conselho de Graduação assim entenda, de, no início de setembro, dar início a essa modalidade de ensino remoto emergencial (TRIBUNA DE MINAS, 2020).

A demora de um prazo para retomada das aulas da graduação no campo de Juiz de Fora foi um incômodo para comunidade acadêmica, sobretudo dos estudantes. A espera foi grande, meses se passaram e nada de notícias sobre como se daria a retomada das atividades acadêmicas na Universidade, paralelamente à existência da pandemia. Gradativamente, a comunidade acadêmica se adaptou, migrando para o novo sistema de aulas remotas.

Na exposição de como se deu o processo da saída da sala de aula para o ambiente virtual, buscou-se observar as dificuldades e o apoio a esse processo. A síntese a seguir demonstra os desafios do processo: --

O uso das mídias e tecnologias digitais como estrutura na prática pedagógica requer uma contínua leitura acompanhada de *práxis* no emprego das interfaces digitais. Uma formação digital quase que espontânea, a dinâmica do espaço digital não é igual a se frequentar os bancos acadêmicos, exige de seu interlocutor curiosidade aliada a assimilação de novas formas de interagir na rede mundial de

computadores. Dessa forma a prática docente consiste antes de tudo em estabelecer diálogos tanto físico como digital com a comunidade escolar e todos os seus atores (DAMASCENO, 2020, p.10).

Com o ensino remoto oficialmente declarado, os ambientes virtuais de aprendizagem, as plataformas, foram utilizadas para a implementação do ensino remoto emergencial: *Moodle* e Google Sala de Aula tornaram-se os principais recursos para a viabilização da relação professor e estudante.

Embora sem frequência, a plataforma Moodle já era utilizada pelos estudantes no decorrer da graduação. A plataforma Google Sala de Aula foi disponibilizada, sem custos, pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e das Inovações. Com isso, os professores, os técnicos administrativos em educação, os estudantes e os tutores que atuavam diretamente no apoio ao desenvolvimento de disciplinas passaram por uma capacitação de treinamento para o uso destas plataformas digitais para se adequarem ao novo espaço de trabalho na UFJF.

O ensino remoto emergencial possibilitava a transmissão em tempo real das aulas, o que foi chamado de encontro síncrono – havia possibilidade de ser assíncrono. A ideia era de que o professor e os estudantes pudessem interagir de acordo com as necessidades do trabalho educativo que, segundo Saviani (2008) caracteriza-se, fundamentalmente, pela presencialidade na relação entre professor e estudante. Isso significava manter a rotina de sala de aula em um ambiente virtual acessado por cada um de diferentes localidades.

Conforme regulamentação da UFJF, as aulas deveriam ser, também, gravadas e disponibilizadas para os estudantes. Em que pese as possibilidades de transmissão em tempo real, a regulamentação da UFJF recomendava que as aulas pudessem ser ministradas de maneira assíncrona para quem não pudesse estar presente no momento do tempo real, assistir depois num momento mais prudente.

De todo modo, o ensino remoto emergencial oferecia suporte às aulas, mantendo o contato do estudante com seus colegas e professores diretamente. O formato adotado foi temporário, não tinha a estrutura pensada para atuar sozinho, serviu simplesmente como alternativa ao contexto pandêmico. Basicamente, se reproduz o ambiente da aula física no meio virtual.

O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porquê do dia para noite o planejamento

Vale ressaltar que o ensino remoto emergencial se distingue das políticas recentes de implementação da educação à distância. Nas políticas de EAD, propõe-se que o processo pedagógico possa ocorrer prescindindo da presencialidade de professor e estudante. Na metodologia para o ambiente virtual, a carga horária é identificada por módulos, com divisões claras sobre as mídias envolvidas no aprendizado. Na EAD, o foco é o conteúdo e não o professor, sem a necessidade de ficar à disposição do estudante. Os trabalhos e avaliações são organizados e padronizados, não contam com a atenção individual dada pelo professor.

Há, ainda, o ensino híbrido, ou *blended learning*. O ensino híbrido é por um formato educacional que mescla o aprendizado *on-line* e *offline* em uma atuação complementar. O ensino híbrido, de acordo com Kovacs (2020), aplica-se por meio de modelos sustentados - que mantêm elementos da educação tradicional – ou disruptivos – que rompem com a educação convencional.

No ensino híbrido, os espaços para aprendizado são repensados e a própria presença física muitas vezes é flexibilizada. O formato educacional tem como forte alicerce, segundo Kovacs (2020), o emprego de novas tecnologias digitais e valoriza a percepção de que os estudantes aprendem de maneiras diferentes uns dos outros.

Nessa visão, existe o incentivo à autonomia dos estudantes em determinados aspectos da própria educação, para que sejam agentes ativos da construção do conhecimento. Arruda (2020), afirma que a educação remota *on-line* digital se diferencia da EaD pelo caráter emergencial que propõe usos e apropriações das tecnologias em circunstâncias específicas de atendimento.

Atender, por meio de tecnologias digitais, alunos afetados pelo fechamento das escolas, não é a mesma coisa que implantar Educação a Distância, ainda que tecnicamente e conceitualmente refira-se à mediação do ensino e da aprendizagem por meio de tecnologias. A EaD envolve planejamento anterior, consideração sobre perfil de aluno e docente, desenvolvimento a médio e longo prazo de estratégias de ensino e aprendizagem que levem em consideração as dimensões síncronas e assíncronas da EaD, envolve a participação de diferentes profissionais para o desenvolvimento de produtos que tenham, além da qualidade pedagógica, qualidade estética que é elaborada por profissionais que apoiam o professor na edição de materiais diversos (ARRUDA, 2020, p. 9).

É possível concluir que a implantação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) durante a pandemia da COVID-19 serviu para minimizar os impactos causados pela pandemia. Entretanto, a experiência da pandemia

permite observar que as condições insatisfatórias para as aulas na modalidade remota: o abandono dos estudos pela inadaptação e permanência dos estudantes em seus cursos na Universidade. Pode-se considerar que muitos obstáculos contribuíram para essa situação: as dificuldades em se manter em uma rotina de estudos em casa, principalmente quando há pouca familiaridade com a tecnologia e falta de equipamentos adequados, deixando ainda mais evidentes que as desigualdades socioeconômicas ainda constituem uma barreira para a educação em nosso país. Neste momento, se pode observar a necessidade de transformação social e coletiva de todos para se reinventar para proporcionar aprendizagem significativas mesmo que de maneira remota.

Diante desta perspectiva, fica evidente que a proposta do ERE não favoreceu o engajamento dos alunos, que foram surpreendidos com esse modelo de aulas. A falta de condições mínimas impostas por esse tipo de ensino, como, por exemplo, competências digitais para lidar com um ambiente desconhecido, até então, causou desmotivação com o andamento de seus cursos.

Além disso, as questões psicológicas e financeiras decorrentes da pandemia não podem ser desconsideradas e são relevantes na satisfação e bem-estar do aluno na Universidade.

O ensino remoto tem deixado suas marcas... Para o bem e para o mal. Para o bem porque, em muitos casos, permite encontros afetuosos e boas dinâmicas curriculares emergem em alguns espaços, rotinas de estudo e encontros com a turma são garantidos no contexto da pandemia. Para o mal porque repetem modelos massivos e subutilizam os potenciais da cibercultura na educação, causando tédio, desânimo e muita exaustão física e mental de professores e alunos. Adoecimentos físicos e mentais já são relatados em rede. Além de causar traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias. Para o nosso campo de estudos e atuação, a reatividade que essa dinâmica vem causando compromete sobremaneira a inovação responsável no campo da educação na cibercultura (SANTOS, 2020, p. 33).

Assim como nas demais instituições de educação superior públicas brasileiras, a UFJF considerou o ERE como um princípio importante para manter a conexão entre estudantes, professores e demais profissionais da educação. Caso contrário, estar-se-ia sob o risco de mais danos à formação em nível superior.

Não obstante, deve-se observar que o ERE não se limita à presença ou ausência de acesso técnico e meios digitais. Tudo depende da reorganização das instituições de ensino.

No caso do ensino superior, deve-se levar em conta a situação local,

atender à imagem pública e realizar um planejamento que possa de fato ser colocado em prática. Como tudo foi tão assoberbado, a variável tempo determinou as condições de planejamento em situações inesperadas como em uma pandemia. Fez-se necessária a implementação de planos de ação com o objetivo de que o direito ao ensino alcançasse a todos.

Mesmo com a pandemia tendo provocado tais barreiras alhures citadas, por outro lado, também, trouxe possibilidades positivas como, por exemplo, a participação em grupos de estudos, eventos e palestras que passaram a acontecer de forma on-line. O aspecto positivo se explica pelo fato de que, por motivos de barreiras como a distância, estudantes, agora, passaram a ter como opção a perspectiva de participar de forma on-line.

Do ponto de vista de uma estudante universitária prestes a ingressar na carreira docente, estas ações contribuíram para o desenvolvimento do entendimento e de conhecimentos necessários à minha futura práxis pedagógica. Com a participação nestes eventos, pude aprofundar o estudo de temas que são de interesse para os acadêmicos e de grande relevância para a formação.

#### 4 ANÁLISE DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL PARA O TRABALHO DOCENTE – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA FORMANDA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFJF

A experiência provocada pela pandemia, pelo distanciamento social e pelo ensino remoto emergencial implicou em desafios individuais e coletivos que exigem, na perspectiva de Freire (1986), uma *práxis* transformadora. É com essa perspectiva que busquei desenvolver este trabalho.

Sempre fui uma pessoa sonhadora, estudiosa e uma boa filha. Procuo sempre orgulhar meus pais, demais familiares e as pessoas que estão ao meu redor.

Novos tempos, novas necessidades surgem. Quem diria que um dia seria possível ministrar aulas de forma remota, uma vez que o ensino presencial não contribui somente para a construção do conhecimento, mas também para o desenvolvimento de competências e habilidades interpessoais e de afetividade. Mas, eis que chegou uma pandemia para sacolejar esse mundo consolidado e fazer pensar outras possibilidades de ensino.

Por isso, em todo esse tempo me dediquei ainda mais aos estudos, focando nos meus objetivos e em busca de uma formação superior. A pandemia me fez lembrar do lugar que a educação ocupou na minha trajetória familiar, propiciando condições de luta e de dignidade na vida e no trabalho.

Em que pese a situação difícil que potencializava situações concretas de abandono dos estudos, junto aos professores e estudantes pude manter meu projeto de vida e de trabalho na educação, iniciado na escola, mas alicerçado na universidade pública. Pela universidade pública, retornei à escola como estagiária desde o segundo período. Decerto que as consequências da pandemia com o distanciamento social e o ensino remoto emergencial impuseram problemas que senti muito, por não estar no espaço físico que é tão fundamental para mim.

De todo modo, as experiências acadêmicas com o trabalho *on-line* me permitiram compreender, de maneira consistente, o sentido da educação como direito de todos.

O processo pedagógico que ocorre tanto na escola quanto na universidade tem como fundamento a organização coletiva do trabalho educativo. Entretanto, o cenário da pandemia, do distanciamento social e do trabalho *on-line* fez com que mudássemos nossas vidas de uma forma

repentina. A pandemia, atingindo em cheio todo mundo (mas não da mesma forma), tornou a nossa humanidade frágil ou revelou fragilidades humanas em variados campos, e que governos e governantes, a princípio, não souberam como lidar, tendo sido crucial a participação da sociedade civil organizada para, através de ações e atividades, minimizar, principalmente, dramas ligados à pobreza.

No âmbito da sociedade, as universidades contribuíram, significativamente, para esse movimento coletivo. No caso da UFJF, foram produzidos equipamentos de proteção individual, deliberaram-se ações de extensão para orientação popular para o recebimento do Auxílio Brasil, promoveram-se medidas para manter a proximidade com os estudantes no ensino, na pesquisa e na extensão. Isso fortaleceu minha convicção que

a mudança faz parte necessária da experiência cultural, fora da qual não somos, o que se impõe a nós é tentar entendê-la na ou nas suas razões de ser. Para aceitá-la ou negá-la devemos compreendê-la, sabendo que, se não somos puro objeto seu, ela não é tampouco o resultado de decisões voluntaristas de pessoas ou de grupos. Isto significa, sem dúvida, que, em face das mudanças de compreensão, de comportamento, de gosto, de negação de valores ontem respeitados, nem podemos simplesmente nos acomodar, nem também nos insurgir de maneira puramente emocional. É neste sentido que uma educação crítica, radical, não pode jamais prescindir da percepção lúcida da mudança que inclusive revela a presença interveniente do ser humano no mundo. Faz parte também desta percepção lúcida da mudança a natureza política e ideológica de nossa posição em face dela independentemente de se estamos conscientes disto ou não (FREIRE, 2000, p. 17).

As dificuldades de adaptação às aulas remotas foram suprimidas pela—atenção dos (as) professores (as) para tentar aproximar os (as) estudantes, ainda mais da escola/aula, e tentar deixá-los seguros para a prática acadêmica.

Como salienta Garofalo (2020),

Professores e estudantes têm aprendido, com mudanças, em que a lousa é a tela do computador, anotações se misturam em esferas impressas e digitais, as cadeiras da sala e aula e os estudantes não estão mais no mesmo espaço, tudo isso incorporando a ambientes únicos de aprendizagem digital (GAROFALO, 2020, p.21).

Precisei ir me aventurando nas ferramentas do *Google*, tais como, *Meet*, *Agenda*, *Forms*, *Planilha*, *Classroom*. Por se tratar de uma ferramenta nova, precisei de um tempinho para me apropriar, mas, aos poucos, as dificuldades passaram na medida em que as aulas foram acontecendo. Fui adquirindo mais propriedade no manuseio do *Google Classroom*, pois nesse momento ele, e os demais recursos tecnológicos eram fundamentais tanto para

minha graduação quanto para o meu trabalho, que é na escola. Esse processo que vivenciei com estudantes e docentes na UFJF contribuiu para que eu pudesse conquistar a segurança necessária nas atividades que desenvolvia no estágio não obrigatório que exercia em uma escola da cidade de Juiz de Fora. Afinal, também tive que auxiliar crianças de aproximadamente 8 anos que infelizmente passavam longos períodos do dia frente ao computador ao invés de estarem no espaço físico, que é de extrema importância nessa idade.

De fato, essas ferramentas passaram a ser de fácil acesso e trouxeram uma rica sistemática, com várias alternativas de como podemos trabalhar, desde as disciplinas divididas em tópicos, a possibilidade de programar aulas, anexar arquivos, vídeos, *links*, dar a devolutiva aos professores, realizar trabalhos com comentários e análises. Essas práticas que aprendi com/na UFJF facilitaram e agilizaram minhas aulas remotas, no manuseio da tecnologia, na preparação do material, na relação com as crianças.

Paulo Freire (1996) enfatiza a necessidade de ressignificar o trabalho do professor para uma prática transformadora, o que remete à prática libertadora da educação. Sem descaracterizar as adversidades educacionais provocadas pelo contexto econômico-social e ideopolítico, é possível considerar que usar as interfaces digitais nas aulas remotas causaram certo rebuliço na aprendizagem dos(as) estudantes, mas permitiram refletir e transformar saberes e práticas em processo significativo de conhecimento.

Barros (2007) afirma que o espaço virtual se tornou espaço educativo:

O tipo de aprendizagem que a influência da tecnologia potencializa nos contextos atuais passa, necessariamente, por dois aspectos: primeiramente, o relativo à flexibilidade e à diversidade e, em seguida, o relativo aos formatos. A aprendizagem do indivíduo sobre os temas e assuntos do mundo deve ser realizada de maneira flexível, com diversidade de opções de línguas, ideologias e reflexões (BARROS, 2007 apud BARROS, 2008, p. 20).

Apesar das potencialidades destacadas pelo autor acima, convivemos com problemas como a intensificação e a precarização das condições de trabalho. Um exemplo dessa situação se revelou em meu estágio não obrigatório, quando os proprietários da escola definiram cortes de custos, reduzindo a bolsa pela metade pelo exercício de meu trabalho. Para minimizar minhas perdas materiais, tive que obter trabalhos extras para compensar essas perdas

Muitos relatos dos estudantes da UFJF em redes sociais, grupos de WhatsApp evidenciavam situações semelhantes, que denunciavam as incertezas e a sobrecarga de trabalho que, como consequência, aumentava a evasão. Isso porque conviver com a precarização e intensificação do trabalho na pandemia dificultava que estudantes trabalhadores (as) mantivessem o interesse durante todas as aulas e todo o curso.

Presenciei várias discussões com colegas relatando que em casa não tinham um ambiente apropriado para se concentrar nas aulas, sempre havia alguma distração, barulhos de obras, cachorros, familiares falando alto. Na sala de aula presencial, é possível preservar a atenção concentrar-se e criar relações pedagógicas de diálogo, troca e interação.

A utilização das tecnologias da informação e comunicação sem investimentos e políticas adequadas nas escolas e universidades pode ampliar abismo entre realidades distintas. Há estudantes que têm um bom computador e uma boa internet. No entanto, há outros que vivem uma realidade em que ou o celular é insuficiente ou a internet é precária.

Como relatado por uma colega de turma que mora na zona rural, as dificuldades de acesso estão relacionadas a limitações financeiras, mas também à própria estrutura do serviço. Assim como diversas universidades, a UFJF tentou minimizar essas dificuldades, mas a garantia do direito educacional ocorre pelo compromisso estatal como estabelece as atuais Constituição e Lei de Diretrizes e Bases, sobretudo em situações como a provocada pela pandemia. Em sociedades tão desiguais como a brasileira, as mobilizações sociais se colocam, também, como reivindicações políticas.

Apesar de todas as objeções e problemas citados, observei que o interesse pelas aulas remotas se mostrava superior por parte dos estudantes em relação àqueles que o descartavam. Pode-se atribuir esse interesse majoritário ao fato de que os discentes julgam vantajosos alguns pontos fornecidos pelo ensino remoto emergencial como aulas gravadas, o que torna flexível o horário de estudo dos alunos e a não necessidade de deslocamento de suas residências até as instituições de ensino, já que, no ensino superior, boa parte dos discentes vem de cidades vizinhas.

Isso não afasta a necessidade da garantia do direito educacional como compromisso estatal. Ao contrário, considerar as tecnologias da informação e da comunicação na política educacional requer observar que a desigualdade social gera falta de estrutura e condições básicas para se evitar o desinteresse, perda de foco, e, conseqüentemente, ações de abandono

estudantil.

As instituições governamentais com as suas abordagens pouco eficazes, possuem grande parte de responsabilidade no tocante à precarização da qualidade do ensino. Sendo o acesso à educação um direito básico a todo cidadão determinado por lei, o Estado é responsável por garantir que esse direito chegue de forma igualitária e com qualidade. No entanto, vimos que isso não foi concretizado mesmo diante de uma crise pandêmica.

## 5 CONCLUSÃO

A pandemia explicitou muitas desigualdades, escancarando que há muito o que avançar e realizar na luta pela garantia do direito à educação. Pelo ensino remoto emergencial, a adesão às tecnologias da informação e da comunicação se coloca como um debate que sinaliza para proposições e ações no âmbito das instituições de ensino superior.

Essa aderência vai além dos desafios práticos vividos durante os dois últimos anos.

O isolamento social e a utilização do ensino remoto emergencial foram complexos e seus efeitos foram diversos para os(as) estudantes. Com as novas ferramentas, os sites diferenciados e os estudos sobre metodologias ativas, os (as) professores (as) puderam repensar o modelo de aula, não só on-line, como presencial também. A vivência desse processo foi tão relevante que muitos docentes sustentam que houve grandes vantagens como, por exemplo, a viabilização do ensino híbrido.

Mediante o retorno às aulas presenciais, foi possível notar o quanto a abertura das instituições para estes avanços colaborou para a excelência das aulas. Entretanto, ensinamentos e novos hábitos criados pelo período de ensino remoto emergencial revelam que é necessário evitar o acirramento das desigualdades e a intensificação e precarização do trabalho educativo que esteve muito presente na vida dos estudantes e no exercício profissional docente durante a pandemia.

Não se trata de recusar as contribuições das tecnologias da informação e da comunicação em seu uso pedagógico tanto na escola quanto nas instituições de ensino superior. Trata-se de salientar que propostas e políticas que reforçam ações como a do ensino remoto emergencial e a educação à distância tem sido implementadas de acordo com os preceitos históricos de isenção da Estado na garantia do direito educacional em condições de igualdade para todos. Como resultado dessa isenção, cabe manter movimentos de luta que reivindicam a transformação desse quadro que tem preservado apenas os interesses privatizantes na educação.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, E. P. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Em Rede**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 06 jan. 2023.
- BARROS, D. M V. A teoria dos estilos de aprendizagem: convergência com as tecnologias digitais. **Revista SER: Saber, Educação e Reflexão**, Agudos/SP, v.1, n.2, jul.- dez./ 2008.
- BEHAR, Patricia Alejandra. O ensino remoto emergencial e a educação a distância. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 06 jan. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Medida Provisória nº 934/2020**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. 1º abr. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 06 jan. 2023.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.
- DASMACENO, Lídio M.S. **Diálogo entre as tecnologias digitais e os povos tradicionais: emprego das mídias digitais na escola das comunidades de Capitães e Souza do Rio Grande em tempos de pandemia**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de São João del-Rei– UFSJ. São João del-Rei. 2020.
- DUTRA, Ítalo; UNICEF. **Cultura do fracasso escolar afeta milhões de estudantes e desigualdade se agrava na pandemia, alertam UNICEF e Instituto Claro**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/cultura-do-fracasso-escolar-afeta-milhoes-de-estudantes-e-desigualdade-se-agrava-na-pandemia>. Acesso em: 06 jan. 2023.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.
- GAROFALO, Debora. **O que esperar da educação pós pandemia?**. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/debora-garofalo/2020/05/13/o-que-esperar-da-educacao-pos-pandemia.htm>. Acesso em: 06 jan. 2023.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologia: o novo ritmo da informação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

KOVACS, Leandro. Aula remota ou EAD? Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/aula-remota-ou-EaD/>. Acesso em: 06 jan. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e a gestão da escola: teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LÖWY, Michael. "Gripezinha": O neofascista Bolsonaro diante da pandemia. In: **Quarentena: Reflexões sobre a pandemia e depois**. Bauru: Canal 6, 2020. p. 147-150.

OLIVEIRA, Maria Victória. **Levantamento do Instituto Península identifica como professores estão se organizando após a suspensão das aulas e o início do trabalho remoto**. Disponível em: <https://porvir.org/pesquisa-mostra-o-sentimento-de-professores-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 06 jan. 2023.

PARO, V. H. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, p. 300-307, 1998.

PERES, Maria Regina. Novos desafios da gestão escolar e de sala de aula em tempos de pandemia. **Revista Administração Educacional**, Recife, v.11, n. 1, p. 20-31, jan./jun2020.

RODRIGUES, Rubens Luiz. Ensino remoto emergencial e trabalho educativo em tempos de pandemia do coronavírus covid. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 26, nº. esp. 04, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/35890>. Acesso em: 06 jan. 2023.

SANDER, Benno. **Políticas públicas e gestão democrática da educação**. Brasília: Liber Livro, 2005.

SANTOS, Edmea O. EAD, palavra proibida. Educação online, pouca gente sabe o que é. Ensino remoto, o que temos para hoje. Mas qual é mesmo a diferença? #livesdejunho... **Revista Docência e Cibercultura**. Notícias. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1119>. Acesso em: 06 jan. 2023.

SOARES, Magda. **Como fica a alfabetização e o letramento durante a pandemia?** Entrevista no canal Futura. 08/09/2020. Disponível em: <https://www.futura.org.br/como-fica-a-alfabetizacao-e-o-letramento-durante-a-pandemia>. Acesso em: 06 jan. 2023.

TAVARES, Wolmer Ricardo. **Gestão Pedagógica: gerindo escolas para a cidadania crítica**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

TRIBUNA DE MINAS. **UFJF detalha implementação do ensino remoto emergencial**. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/14-08-2020/ufjf-detalha-implementacao-do-ensino-remoto-emergencial.html>. Acesso em: 06 jan. 2023.

VALLE, Paulo Dalla; MARCOM, Jacinta Lucia Rizzi. Desafios da prática pedagógica e as competências para ensinar em tempos de pandemia. In: PALÚ, J.; SCHÜTZ, J. A.; MAYER, L. (Orgs.). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p. 139-153.

VIEIRA, M. F.; SILVA, C. M. S. A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, p. 1013-1031, 2020.

ZAIDAN, J. M.; GALVÃO, A. C. COVID-19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada. In: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. (Orgs.). **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2020.